

Histórico

As primeiras referências à região em que se encontra a atual cidade estão ligadas à abertura do “Caminho Novo”, obra iniciada por Garcia Rodrigues Pais, filho de Pais Leme, o famoso “Caçador de Esmeraldas”. O “Caminho Novo” destinava-se à penetração dos Bandeirantes que, partindo do Rio de Janeiro e São Paulo, subiam para as Minas Gerais. Com o fim de facilitar o trânsito desses bandeirantes, que deviam contar com a provisão de alimentos durante a longa jornada, resolveu o Governo da Metrópole permitir a concessão de terras à margem do caminho a quem quisesse cultivá-las, garantindo assim a obtenção de gêneros alimentícios.

Um dos que tiveram essa concessão foi Domingos Gonçalves Ramos, que requereu em 26 de fevereiro de 1709 uma sesmária de uma légua de testada sobre três de sertão, entre as de Manoel de Araújo e Agostinho Pinto da Silva. Na sesmária, Domingos Gonçalves Ramos localizara-se com sua família e dois genros – Pedro Alves de Oliveira e João Gonçalves Chaves. Este último, em 17 de Janeiro de 1715, obteve do capitão-general da Capitania, D. Braz Baltazar da Silveira, uma parte da sesmária requerida por seu sogro, parte esta adquirida mais tarde, em 9 de novembro de 1728, por João Gomes Martins.

Nas terras assim sucedidas, surgiram os primeiros ranchos em que se abrigavam os viajantes que subiam para as Minas e nelas eram abertas roças de milho e outras plantações, com pequenas criação de animais domésticos. As terras pertencentes a João Gomes Martins tornaram-se assim conhecidas pelo nome de “Roça de João Gomes” e correspondem ao bairro de Santo Antônio ou João Gomes Velho, da atual cidade. Em data que por falta de documentação não é possível precisar, foi aí erigida a primeira capela, dedicada a São Miguel e Almas, invocadas, segundo a tradição, com protetores dos bandeirantes na perigosa travessia da Mantiqueira, então infestada de terríveis salteadores. Essa capela foi transferida, em 27 de fevereiro de 1788, do lugar onde fora primitivamente erigida, à beira do “Caminho Novo”, para o interior da Roça de João Gomes, onde permaneceu durante 49 anos, voltando depois a ser erguida no primitivo lugar, em virtude de Provisão de 27 de junho de 1827.

Segundo pessoas conhecedoras da tradição, a primitiva doadora do patrimônio da Capela de São Miguel e Almas teria sido uma filha de João Gomes Martins, de nome Palmira, daí se originado a denominação do povoado, quando elevado à vila. Entretanto, só mais tarde, em 29 de dezembro de 1847, é que Manoel da Cunha Lima, então detentor das terras que pertenceram a João Gomes, assinou o documento de doação, juntamente com sua mulher Joana Angélica de Almeida e duas sobrinhas, Sabina Maria de Jesus e Tomázia Maria de São José. A 19 de fevereiro de 1848, apresentou aquele doador uma petição ao Juiz de Paz do distrito, dispondo sobre o arreamento dos terrenos doados, alinhamento e construção das casas do arraial, serventias de água e passagem e outras providências concernentes à vila da povoação, que foi elevada à paróquia pela Lei provincial número 1458, de 31 de dezembro de 1867. A criação da vila, com a denominação de Palmira, verificou-se pela Lei provincial número 1712, e 27 de julho de 1889, sendo instalada a 15 de fevereiro de 1890.

Por Decreto número 25, de 14 de setembro desse ano. A composição do município só é conhecida a partir do quadro aprovado pela Lei número 556, de 30 de agosto de 1911 e eram os seguintes: Palmira, Dolores do Paraibuna, Conceição do Formoso, São João da Serra e Bonfim do Pomba. Pela Lei número 843, de 7 de setembro de 1923, teve o município aumentado o seu território com a criação do distrito de eubanque, desmembrado do distrito de Paula Lima, do município de Juiz de Fora, e incorporado ao de Palmira. Pelo Decreto número 10447, de 31 de julho de 1932, tomou o município o nome de Santos Dumont, em homenagem ao genial brasileiro Alberto Santos Dumont, nascido no município e consagrado o “Pai da Aviação”. O distrito de Bonfim de Palmira, Belmonte e Aracitaba, sendo que os dois últimos topônimo foram adotados em virtude, respectivamente, dos Decretos-leis números 148, de 17 de dezembro de 1938, e 1058, de 31 de dezembro de 1943. A comarca de Santos Dumont, que desde sua criação compreendia o território do próprio município, teve incorporado à sua

jurisdição o município de Mercês, transferido da comarca de Barbacena. Criada, porém, a comarca de Mercês, voltou a comarca de Santos Dumont a compreender apenas aquele município.

Gentílico: sandumonense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Palmira (ex-povoado de João Gomes), pela lei provincial n.º 1458, de 31-12-1867, subordinado ao município de Barbacena.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Palmira, pela lei provincial n.º 3712, de 27-07-1889, desmembrado de Barbacena. Sede na antiga povoação de João Gomes atual distrito de Palmira. Constituído do distrito sede. Instalado em 15-02-1890.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Palmira, pela lei estadual n.º 25 - 04- 1890.

Pela lei provincial n.º 3387, de 10-07-1886, confirmado pela lei estadual n.º 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Dores do Paraibuna e anexado ao município de Palmira.

Pela lei provincial n.º 3442, de 28-09-1887, confirmado pela lei estadual n.º 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Conceição do Formoso e anexado ao município de Palmira.

Pelo decreto estadual n.º 340, de 21-01-1891, confirmado pela lei estadual n.º 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de São João da Serra e anexado ao município de Palmira.

Pela lei estadual n.º 556, de 30-08-1911, Palmira adquiriu do município de Pomba o distrito de Bonfim do Pomba.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 5 distritos: Palmira, Bonfim do Pomba, Conceição do Formoso, Dores do Paraibuna e São João da Serra.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o município apare constituído de 5 distritos: Palmira, Bonfim (ex-Bonfim do Pomba), Conceição do Formoso, Dores do Paraibuna e São João da Serra.

Pela lei estadual n.º 843, de 07-09-1923, é criado o distrito de Eubaque expovoado, com território desmembrado do distrito de Paula Lima pertencente ao município de Juiz de Fora, subordinado ao município de Palmira.

Pelo decreto estadual n.º 10447, de 31-07-1932, o município de Palmira tomou a denominação de Santos Dumont.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 6 distritos: Santos Dumont (ex-Palmira), Bonfim (ex-Bonfim do Pomba), Conceição do Formoso, Dores do Paraibuna, Eubaque e São João da Serra.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto-lei estadual n.º 88, de 30-03-1938, o distrito de Bonfim tomou o nome de Bonfim do Santos Dumont.

Pelo decreto-lei estadual n.º 148, de 17-12-1938, o distrito de Bonfim de Santos Dumont (ex-Bonfim) passou a denominar-se Belmonte.

No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 6 distritos: Santos Dumont, Belmonte (ex-Bonfim de Santos Dumont), Conceição do Formoso, Dores do Paraibuna, Eubaque e São João da Serra.

Pelo decreto-lei estadual n.º 1058, de 31-12-1943, o distrito de Belmonte tomou o nome de Aracitaba. .

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 6 distritos: Santos Dumont, Aracitaba (ex-Belmonte), Conceição do Formoso, Dores do Paraibuna, Eubaque e São João da Serra.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Pela lei estadual n.º 2764, de 30-12-1962, desmembra do município de Santos Dumont os distritos de Aracitaba e Eubank (ex-Eubaque) elevando-os à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 4 distritos: Santos Dumont, Conceição do Formoso, Dores do Paraibuna, e São João da Serra.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-I-1979.

Pela lei estadual nº 8285, de 08-10-1982, é criado o distrito de Mantiqueira (ex-povoado) e anexado ao município de Santos Dumont.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o município é constituído de 5 distritos: Santos Dumont, Conceição do Formoso, Dores do Paraibuna, Mantiqueira e São João da Serra.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alteração toponímica municipal

Palmira para Santos Dumont, alterado pelo decreto estadual nº 10447, de 31-07-1932.

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXVII ano 1959.